

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

CC: À Presidente da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás
Sra. Magda Chambriard

CC: Presidente da Petros
Sr. Marcelo Farinha

No desejo de que esta mensagem o encontre em perfeitas condições de saúde, é que nós, petroleiros ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) pela Fundação Petros de Seguridade Social resolvemos lhe comunicar o que vem acontecendo com todos nós, os citados acima, em decorrência da conduta adotada pela principal patrocinadora do plano PPSP (denominado como Plano Petros do Sistema Petrobrás).

Apresentamos esta carta também aproveitando o ensejo de duas datas comemorativas (01 e 03/10), a primeira em que se celebra a criação do Estatuto do Idoso, a Lei 10.741 de 01/10/2003, e a outra que celebra a criação da Petróleo Brasileiro S/A, a Lei 2.004 de 03/10/1953 .

Dirigimo-nos a Vossa Excelência em nome da categoria petroleira, em especial em nome desses mais de 132 mil aposentados e pensionistas do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP). Atualmente dentre esses mais de 132 mil, existem repactuados, não repactuados, pré-70 e pós-70.

Primeiro é preciso dizer que a grande maioria de nós não teve o direito de optar por não assinar o contrato de adesão à Petros, sob o risco de não sermos contratados pela patrocinadora (Petrobrás). Naquele momento para muitos de nós, jovens de origens humildes, trabalhar na Petrobrás era a realização de um sonho. Acreditávamos na função social da Petrobrás e na valorização dos seus trabalhadores com salários dignos, estabilidade e bons empregos que não estariam sujeitos aos assédios que sempre permearam as relações trabalhistas desde o fim da estabilidade no emprego imposta pela ditadura militar.

E foi dessa forma que começamos a assumir as ideias e objetivos da empresa e trouxemos para nós as responsabilidades e desafios da Petrobrás, de tornar nosso país independente na produção de petróleo, com estabilização da nossa economia interna e externamente. Também estaríamos desenvolvendo tecnologias próprias em cada área de atuação no setor de petróleo.

O tempo passou, e a Petrobrás mudou. Pouco antes do início dos anos 2000, na sanha privatista com a qual os eternos inimigos da Petrobrás agem, começaram a abater a empresa e a golpear, inicialmente com dois atos: O primeiro ao quebrar o monopólio nacional do petróleo, e o segundo, que agora percebe-se ser tão nocivo não só à população, mas também, e principalmente, ao conjunto dos seus trabalhadores, que foi a abertura do capital da empresa na Bolsa de Nova York.

Tal ação trouxe, como contrapartida imposta pelos investidores internacionais a necessidade de se fechar unilateralmente o Plano PPSP, por se tratar de um plano mutualista, onde a Petrobrás, em casos de prejuízos flagrantes no fundo de flagrante prejuízo, seria (e ainda é) obrigada a participar com a metade dessa dívida. Essa situação, obviamente, é indesejável a qualquer investidor, que apenas visa única e exclusivamente o lucro.

É claro que os investidores não desejam arcar com prejuízos oriundos de um plano de previdência onde os participantes já não se encontram mais ativos. Então diante dessas premissas foram criadas as LC's 108 e 109 no governo do ex-presidente FHC que, em última e rigorosa análise, constituem a base legal das cobranças dos Planos de Equacionamentos de Dívida (os famigerados PED's) que vem nos assolando como participantes desde o mês de abril do ano de 2018. Essas dívidas estão descritas no documento anexo, de autoria do engenheiro e diretor da AEPET Sr. Fernando Siqueira (acesse o QR-Code ao lado)



É preciso dizer que a atual situação de sofrimento financeiro dos aposentados é consequência direta de uma série de medidas prejudiciais aos seus benefícios, iniciadas com a "repactuação", em 2007, no segundo governo Lula. Essa conjuntura foi drasticamente agravada durante as gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, quando os trabalhadores foram compelidos a arcar com os prejuízos gerados por corrupção no plano de previdência. Até hoje, esses descontos onerosos permanecem intocados, mesmo com a mudança de governo.

Nossa luta surge quando a Petrobrás, que possui hegemonia nas decisões sobre os investimentos da Petros, decidiu em tempos passados aplicar os recursos da Petros em empreendimentos e/ou em fundos de investimentos com elevado grau de risco, nos quais um plano previdenciário próximo a se tornar maduro, não deveria aplicar. E, assim foi feito.

Ressaltamos: os déficits da Petros não foram gerados por nós. É resultado direto de má gestão, investimentos de alto risco realizados pela Petrobrás – que sempre controlou as decisões da Petros – e de dívidas históricas que a patrocinadora se nega a reconhecer e quitar com o fundo de pensão, apesar de decisões judiciais.

Apesar da Petrobrás negar, existem ações judiciais que comprovam suas dívidas com a Petros, mas esses processos estão paralisados há mais de duas décadas. O pagamento dessa dívida pela Petrobrás é a solução para zerar os planos de equacionamento de déficits (PEDs) e, assim, normalizar a vida financeira dos aposentados.

A situação que vivemos com a Petros é de um impacto devastador na vida dos aposentados, causando graves consequências para a nossa saúde mental, incluindo casos de depressão e suicídio. O sofrimento é agravado pela perda da dignidade, pela incapacidade de ajudar financeiramente a família (pais, filhos e netos) e pela necessidade constante de cortar despesas para honrar compromissos.

Na sua sanha privatista FHC vendeu 36% das ações da companhia na bolsa de Nova Iorque por R\$ 8 bilhões, quando seu valor de venda na Bovespa era de R\$ 400 bilhões. Na época o poder

público detinha 84% do capital da companhia. Hoje detém apenas 37% e 63% das ações estão em mãos privadas, sendo 52% comprovadamente estrangeiros.

Mas nós empregados investimos o nosso trabalho com amor e o desejo de fazê-la maior. E fomos vitoriosos, pois ela ganhou por 4 vezes o prêmio máximo da indústria petrolífera mundial e se tornou uma referência, conhecida e respeitada na indústria do petróleo.

E como prêmio, o que temos recebido é uma sangria de mais de 20% no nosso benefício, de forma injusta, ilegal e incabível.

Somando o imposto de renda, a contribuição para a petros e o equacionamento ilegal, temos tido mais de 60% de desconto em nossos benefícios.

1 - Somos impedidos de entrar nas nossas sedes administrativas para tratar de qualquer situação, na qualidade de ex-empregados.

2 - Estamos pagando para uma empresa administrar nosso plano de saúde, que anteriormente era de gestão própria. E somos penalizados mensalmente com cobranças que sequer tomamos conhecimento, na maioria das vezes.

Somos alvo de uma série de medidas discriminatórias que nos tornaram personae non gratae, como o fim dos ganhos reais e, principalmente, a implantação da repactuação. Nela, foi-nos garantido que quem aderisse estaria a salvo de descontos por déficits futuros, mas a promessa se provou falsa quando, ao final, todos, sem distinção, passamos a ser penalizados com os mesmos descontos.

Enfrentamos uma situação cruel e covarde, com uma infinidade de descontos que se acumulam em nossos contracheques, reduzindo o 13º, o pecúlio por morte e aumentando as despesas com saúde.

É necessário que a Petrobrás salde a sua dívida com o plano, pagando o que deve à Petros de forma a extinguir as cobranças dos PED's e assim mantendo a natureza mutual do plano (BD). A realidade é que a empresa tem uma grande dívida conosco, mas prefere negar e distribuir dividendos a esmo, ignorando sua obrigação e seu verdadeiro papel como motor da economia brasileira.

Senhor Presidente, a solução para essa grave injustiça é clara: que a Petrobrás, sob orientação do seu governo, pague o que deve à Petros e pare de insistir numa migração na qual só os assistidos, com certeza, irão perder.

Respeitosamente,

Petroleiros Ativos, Aposentados e Pensionistas Assistidos da Petros